

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

Atena
Editora
Ano 2022

3

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

Atena
Editora
Ano 2022

3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-972-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.728220802>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência e buscando superar problemas estruturais, como a desigualdade social por exemplo. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores/as pesquisadores/as.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**A Educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e superação das desigualdades sociais.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa leitura!


Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS NA EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: A EXPERIÊNCIA DO NEAB /UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS


Aline Benvinda Figueredo
Eugenia Portela de Siqueira Marques
Julia Duarte de Souza
Luis Carlos dos Santos Nunes
Aparecida Queiroz Zacarias Silva
Eduardo Henrique Oliveira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208021>

CAPÍTULO 2..... 16

FORMACIÓN DOCENTE BASADA EN COMPETENCIAS: CONCEPCIONES Y PRÁCTICA DOCENTE EN DOCENTES UNVERSITARIOS DE UNA UPE EN MEXICO. ESTUDIO EN CASO


Norma Acevez Alcántara

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208022>

CAPÍTULO 3..... 44

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A EVASÃO DOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR


Rosiomar Santos Pessoa
Jacira Medeiros de Camelo
Maria José Quaresma Portela Corrêa
Sílvia de Fátima Nunes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208023>

CAPÍTULO 4..... 54

HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA


Rui Guilherme Mangas de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208024>

CAPÍTULO 5..... 64

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: APORTES DA AUTONOMIA E INSERÇÃO SOCIAL DO SUJEITO


Priscila Vieira Ferraz de Melo
Rosivânia Ribeiro dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208025>

CAPÍTULO 6..... 72

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR COMO DIMENSÃO INDISPENSÁVEL PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Nathália Donegá Dos Anjos
Claudia Pereira de Pádua Sabia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208026>

CAPÍTULO 7..... 85


PROPOSTA DE AUTONOMIA E INCLUSÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ PELA RESPONSABILIDADE SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVAS

Amanda Souza Julião

Maryana Fonseca Teixeira

Mikael Ferreira dos Santos

Jackeline Lucas Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208027>


CAPÍTULO 8..... 94

PROJETO “MÃOS À HORTA” - EXPERIÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO DE HORTAS ESCOLARES PELOS ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS ALEGRETE, RS

Narielen Moreira de Moraes

Diogo Maus


Roscielen Moreira de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208028>

CAPÍTULO 9..... 99

APLICAÇÃO DE SENSORES DE CAMPO MAGNÉTICO PARA LABORATÒRIO DIDÁTICO DE FÍSICA USANDO PLATAFORMA ARDUÍNO

André Felipe da Silva Paz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7282208029>

CAPÍTULO 10..... 111

ADOTE UMA ESCOLA – RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA RONDONIENSE

Francisco Marquelino Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080210>

CAPÍTULO 11..... 119


OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL PARA ESTUDANTES SURDOS

Daniela de Fátima Barbosa Gonzales

Rosecleide Orozimbo Harada

Renan Rodrigues de Souza

Maria Candida Soares Del-Masso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080211>


CAPÍTULO 12..... 127

JOGO DIDÁTICO DE CARTAS COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOVER APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM TABELA PERIÓDICA

Lígia Maria Mendonça Vieira

Fabiano da Rocha Lisboa

Abiney Lemos Cardoso


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080212>

CAPÍTULO 13..... 141

TRANSTORNO DA LINGUAGEM ESCRITA: DISLEXIA COMO IMPEDIMENTO DE UMA APRENDIZAGEM FLUENTE NA LEITURA E ESCRITA

Francisca Morais da Silveira

Fabiana Barros Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080213>

CAPÍTULO 14..... 155

EDUCAÇÃO DE LÍDERES: DIVERSIDADE E MODOS DE EXISTÊNCIA NOS AMBIENTES CORPORATIVOS

Elaine Regina Terceiro dos Santos


Maria Regina Momesso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080214>

CAPÍTULO 15..... 169

A VIVÊNCIA DO MÉTODO CLÍNICO-CRÍTICO PIAGETIANO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE POSSÍVEIS POR MEIO DO JOGO DE REGRAS SENHA

Leandro Augusto dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080215>

CAPÍTULO 16..... 177

OU SO DA WEBQUEST NO ENSINO SUPERIOR: UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR

Marineuza Matos dos Anjos

Liege Maria Queiróz Sitja


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080216>

CAPÍTULO 17..... 189

DO ALFABETIZAR AO ALFABETIZAR LETRANDO: UM SALTO QUALITATIVO

Claudia Pereira Gomes

Cristina Sales Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080217>

CAPÍTULO 18..... 207

A TRIBUTAÇÃO UNIFICADA SOBRE A RENDA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Diego Bisi Almada


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080218>

CAPÍTULO 19..... 218

ACERCA DE “EL LIBRO NEGRO DE LOS COLORES” (2008) DE MENENA COTTIN Y ROSANA FARÍA

Alfredo Fredericksen Neira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080219>

CAPÍTULO 20.....	234
PROFESSOR, MONITOR E ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: INTERAÇÕES NECESSÁRIAS	
Mônica Menin Martins	
Maria Lúcia Suzigan Dragone	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.72822080220	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	242
ÍNDICE REMISSIVO.....	243

CAPÍTULO 1

A IMPORTÂNCIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS NA EFETIVAÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: A EXPERIÊNCIA DO NEAB / UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Data de aceite: 01/02/2022

Aline Benvinda Figueredo

Mestranda em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
ORCID: 0000-0003-0049-6774

Eugenia Portela de Siqueira Marques

Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação
<http://orcid.org/0000-0003-3182-171X>

Julia Duarte de Souza

Mestranda em Educação - UFMS
[http:// orcid.org/0000-0003-4099-7207](http://orcid.org/0000-0003-4099-7207)

Luis Carlos dos Santos Nunes

Bacharel em Psicologia
<https://orcid.org/0000-0002-3360-2716>

Aparecida Queiroz Zacarias Silva

Bacharel em Serviço Social pela UCDB.
Pós Graduada em Políticas Sociais com Ênfase no Território e na Família pela UCDB.
Pós Graduada em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela UFMS
ORCID: 0000-0001-6740-2408

Eduardo Henrique Oliveira da Silva

Mestre em Educação, área de concentração em História, Políticas e Educação, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
Professor da Educação Básica no município de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/4996842120439027>
<http://orcid.org/0000-0002-9734-3258>

RESUMO: Em análise histórica brasileira, percebe-se que os negros sofreram com o racismo, pois foram inferiorizados e excluídos dos direitos fundamentais no pós-abolição. O racismo estrutural é amplo, algumas das questões observadas são de cunho socioeconômico e mantêm as desigualdades raciais que dificultam o acesso da população negra à educação em seus diferentes níveis, à progressão escolar, aos rendimentos, ao emprego e à moradia.. Neste sentido, o Movimento Negro brasileiro denunciou e denuncia as lutas antirracistas resultaram em legislações que viraram a valorização da cultura como a lei n.º 10.639/2003, o Parecer n.º 03/2004 e a Resolução CNP/CP n.º 01/2004 e, o direito à educação superior por meio da Lei de cotas na, Nº12711/2012. Neste contexto, houve a implementação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros em universidades públicas. Elas propõem e executam políticas institucionais e buscam ampliar o debate sobre a temática racial. Elas acompanham os processos seletivos de estudantes ingressantes por cotas raciais, propõem as ações de Pesquisa e Extensão, bem como promover o debate sobre a ERER nas políticas institucionais. Assim, elas ampliam o debate sobre o preconceito e o racismo presentes na sociedade e no espaço universitário. Deste modo, o presente trabalho objetiva analisar a criação e a atuação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal da Grande Dourados. Quanto ao percurso metodológico optou-se pela pesquisa qualitativa por meio da análise documental, bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Núcleo de estudos afro-brasileiros. NEAB/ UFGD; Políticas públicas.

THE IMPORTANCE OF AFRO-BRAZILIAN STUDY CENTERS IN EFFECTING RACIAL EQUALITY: THE EXPERIENCE OF NEAB /UFGD - FEDERAL UNIVERSITY OF GRANDE DOURADOS

ABSTRACT: From a historical perspective, it is observed that blacks have always suffered from racism, as they were inferior and excluded from fundamental rights in the post-abolition period. Structural racism maintained racial inequalities that hindered the black population's access to education at its different levels, to school progression, to the reinforced, to employment and housing are some of the possibilities to observe them considering only the socioeconomic dimensions. The Brazilian Black Movement has always denounced and the anti-racist struggles resulted in legislation that turned the valorization of culture, such as law n. ° 10.639 / 2003, Opinion n. ° 03/2004 and Resolution CNP / CP n. ° 01/2004 and, the right to higher education through the Quotas Law, No. 12711 / 2012. In this context, there was an implementation of Afro-Brazilian Studies Centers in public universities in order to propose and implement institutional policies that seek to expand the debate on racial issues, promoting the selection processes of incoming students by racial quotas, proportions of Research and Extension, as well as promoting the debate on the ERER in institutional policies and expanding the debate on prejudice and racism present in society and in university space. Thus, the present work aims to analyze the creation and performance of the Afro-Brazilian Studies Nucleus of the Federal University of Grande Dourados. As for the methodological path, we opted for qualitative research through documental and bibliographic analysis.

KEYWORDS: Afro-Brazilian Studies Nucleus. NEAB / UFGD; Public policy. epistemic racism.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo analisa a criação do Núcleo de Estudos Afro- brasileiros da Universidade Federal da Grande Dourados, com o objetivo geral de analisar as contribuições para a implementação das políticas afirmativas no campus universitário¹. As produções e pesquisa sobre os NEABs ainda são incipientes, embora a Associação Brasileira de Pesquisadores Negro/as exista há mais de vinte anos e cada vez mais se consolida no campo acadêmico, juntamente com o CONNEABS, a rede nacional de NEABs ou chamada Consórcio de NEABs e a ABPN sugeriram da mesma conjuntura histórica, com a ampliação do número de acadêmicos e acadêmicas de origem africana, oriundos do Movimento Negro e que se qualificaram nas décadas de 1980 e 1990. Fundada em agosto do ano 2000, a ABPN é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, que se destina à defesa da pesquisa acadêmico-científica e/ou espaços afins. Realizada prioritariamente por pesquisadores/as negros/as, sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil e de todos os demais temas pertinentes à construção e à ampliação do conhecimento humano e,

¹ Trata-se de uma pesquisa inicial no âmbito do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que investigará a criação e a atuação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros na instituições públicas de ensino superior no Brasil.

igualmente, ao desenvolvimento sócio político e cultural da sociedade. Ela é um dos órgãos fundamentais da rede de instituições que atuam no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, com vistas à formulação, à implementação, ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas para uma sociedade justa e equânime. (Disponível em <https://www.abpn.org.br/quem-somos>. Acesso em 31 de Out. de 2021).

Entre as finalidades da ABPN estão o fortalecimento profissional de pesquisadores/as; a consolidação de campos temáticos de pesquisas; a institucionalização de grupos de pesquisas e instâncias correlatas, face às exigências contemporâneas da diversidade e da multiplicidade da produção de conhecimentos no campo acadêmico, em particular, com a incorporação de estudos sobre relações raciais e sobre as populações historicamente discriminadas, com o intuito de refletir a riqueza de temáticas e de pesquisas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências da Natureza, Ciências da Saúde e Ciências da Linguagem e das artes e Ciências outras. (ABPN, 2021).

A ABPN tem por missão congregar e fortalecer pesquisadores/as negro/as e outro/as que trabalham com a perspectiva de superação do racismo, e com temas de interesse direto das populações negras no Brasil, na África e na Diáspora. Ela defende e zela pela manutenção da pesquisa com financiamento público, e dos institutos de pesquisa em geral. O grupo propõe medidas para o fortalecimento institucional da temática das relações raciais. Atualmente, reunimos cerca de 1500 pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento (Arquitetura e Urbanismo, Educação, Ciências Exatas e Tecnológicas, Saúde, etc.). (ABPN, 2021).

O professor Alex Ratts, da Universidade Federal de Goiás, brinda os leitores com um texto que historiciza um pouco sobre a história e a trajetória dos Núcleos. No artigo *“Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica*, o autor, afirma que:

O quadro desenhado por ativistas negros/as no espaço acadêmico nos anos 1970 reverbera no Rio de Janeiro e em São Paulo, como é o caso da influência de Beatriz Nascimento e Eduardo Oliveira e Oliveira e também de Lélia Gonzalez, Joel Rufino dos Santos e outros/as que também percorriam o país num processo de formação para além dos espaços educação formal contando com intelectuais “locais”. Nos anos 1980, são criados alguns Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, protagonizados por mestres e doutores negros/as e com a colaboração de intelectuais brancos/as e outros. É o caso do NEAB-UFAL, NEAB-UFMA, CEAB-UCG (PUC-GO). Outros são criados na década seguinte: NEAB/UFSCar, PENESB-UFF, NUPE-UNESP e NEN-SC. Tais coletivos podem ter sido formados por uma quase totalidade de pesquisadores/as negros/as ou contar com a colaboração de estudiosos/as de outros pertencimentos étnico-raciais. Vários NEABs se constituem como “territórios negros no espaço branco” acadêmico, se tornam grupos de estudos e pesquisas. (RATTS, 2011, p.29).

Conforme registro no site do Conneab/Abpn, atualmente, estão cadastrados um total de 163 Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros

e indígenas (NEABis).(Disponível em < <https://www.abpn.org.br/conneabs>. Acesso em 31 de Out. de 2021)

O artigo está dividido em três seções, a saber: Na primeira apresenta-se o contexto de desigualdades raciais na sociedade brasileira; na segunda elencamos a importância do Movimento Negro brasileiro na luta antirracista e de promoção da igualdade racial e, na terceira pontua-se alguns aspectos da trajetória do NEAB/UFGD.

2 | AS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL: UM DESAFIO PERMANENTE

Diversos estudos destacam o cenário das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. No texto *Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas*, Rosana Heringer (2002,p.57) sustenta que as desigualdades raciais ao afetarem a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira comprometem o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades iguais para todos.

Essas desigualdades estão presentes em diferentes momentos do ciclo de vida do indivíduo, desde a infância, passando pelo acesso à educação, à infraestrutura urbana e cristalizando-se no mercado de trabalho e, por consequência, no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida como um todo.

Para alguns especialistas, a origem da pobreza do Brasil não está na falta de recursos, mas na má distribuição dos recursos existentes. A enorme desigualdade na distribuição de renda é entendida, assim, como a causa determinante da pobreza no país. Nas últimas duas décadas está cada vez mais perceptível essa realidade, conforme mostra a tabela 1, a seguir:

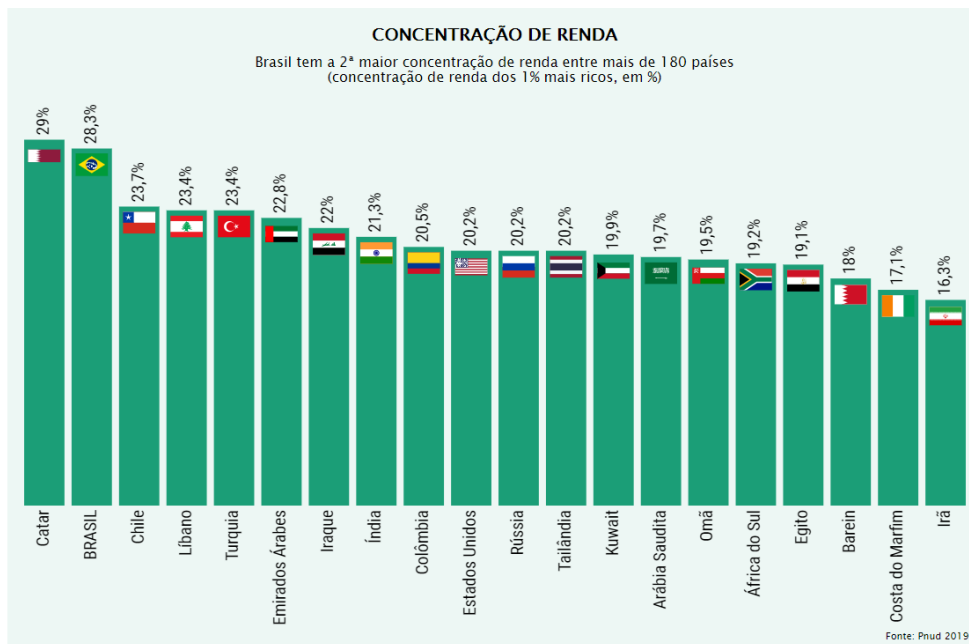


Tabela 1 – A concentração de renda no Brasil

Conforme o Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado no final de 2019, mostra que o Brasil é um dos recordistas em concentração de renda no mundo, 1% da população mais rica detinha 28,3% da renda do país, quase um terço do total.

Existe no Brasil um amplo arcabouço teórico que serve de base para investigar as diversas formas de desigualdade e identificar as suas fontes de produção e reprodução.

Para Néelson Basic Olic (2004, p. 3-4), a tendência à concentração de renda que leva às desigualdades sociais,

[...] não é fenômeno recente nem exclusivo do Brasil. Em nosso país, um dos campeões mundiais das desigualdades, a dramática situação de exclusão social da atualidade tem sua origem no processo inicial de estruturação da sociedade brasileira. [...] desde o período colonial e durante a época do Brasil imperial, o monopólio da terra por uma elite de latifundiários e a base escravista do trabalho, foram os fundamentos que deram origem a uma rígida estratificação de classes sociais. O fim da escravatura, da qual o Brasil foi o último país a se livrar, não aboliu o monopólio da terra, fonte de poder econômico e principal meio de produção até as primeiras décadas do século XX. O abismo social entre o enorme número de trabalhadores e a diminuta elite de grandes proprietários rurais delineou as bases da atual concentração de renda do país.

O autor afirma ainda que o Brasil

[...] passou por grandes transformações ao longo do século XX. Sua economia tornou-se cada vez menos agrária, a indústria passou gradativamente a ser a atividade econômica mais dinâmica, a população cresceu e rapidamente

se urbanizou, a sociedade tornou-se mais complexa, mas a concentração da renda não só persistiu, como se aprofundou, pois a grande maioria da população permaneceu à margem do mercado consumidor de bens duráveis. Todavia com a crise do modelo de substituição das importações, na década de 1980 e o seu colapso, seguido da aplicação de doutrinas neoliberais na década seguinte, não só levaram a ampliação das desigualdades sociais, como também permitiram compreender melhor que, à medida que a sociedade incorpora novas realidades, criam-se novas necessidades (o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, à informação) que vão além da simples subsistência (OLIC, 2004, pp. 3-4).

As desigualdades no Brasil acentuaram-se gradativamente, entre negros e não-negros na medida em que a população negra cresceu no Brasil. As desigualdades em relação aos não-negros acentuaram-se. Tendo em vista que, no ano de 1976, foi realizado a primeira Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), constatando que a população brasileira era constituída por 57,2% de brancos e 40,1% de negros. Essa porcentagem modificou-se gradativamente para 43,0% em 1987; 44,2% em 1996 e, no ano de 2006 atingiu 49,5% (IPEA, 2008).

Segundo Paixão e Carvano (2008, p. 179), no período de 1995 a 2006, o peso relativo da população branca declinou e 55,4%, em 1995, para 49,7%, em 2006, com um decréscimo de 5,7 pontos percentuais. Já a população preta & parda evoluiu em termos relativos, na população total, de 45%, para 49,5%, sinalizando que poderá se tornar a maioria nos próximos anos.

Apesar do crescimento da população negra, ela se encontra sub-representada nos diversos seguimentos da sociedade. De acordo com os dados do “Relatório Desigualdades Raciais e Políticas Públicas: 120 anos após a abolição”, publicado em maio de 2008, pelo IPEA, a inserção da população negra e branca no mercado de trabalho difere muito no Brasil. A população em idade ativa e a população economicamente ativa são semelhantes. Uma vez, no mercado de trabalho, a inserção de negros e brancos distingue-se de várias maneiras. A taxa de desocupação aberta é maior entre o grupo negro, no qual corresponde a 9,3% (4,5 milhões de trabalhadores). No grupo branco, essa taxa é reduzida para 7,5% (3,7 milhões). Há quase um milhão a mais de negros em situação de desocupação aberta em todo o país. Os setores econômicos com as piores condições laborais (em termos de remuneração, de estabilidade, de proteção) contam com acentuada participação da parcela negra da força de trabalho.

De acordo com o Relatório (IPEA, 2008, p.13) na agricultura, 60,3% dos cargos ocupados são negros, na área da construção civil 57,9%, na área dos serviços domésticos 59,1%. A parcela branca na força de trabalho concentra-se em setores com atributos inversos (maior remuneração, maior estabilidade). Conforme pode ser constatado na indústria de transformação onde 56,5% das vagas são ocupadas por brancos; o comércio e os serviços não-financeiros a representação é de 54,5%; nos serviços financeiros 62,5%; na administração pública, nos serviços sociais e de utilidade pública, a porcentagem atinge

57,2%.

Por outro lado, a população negra está representada nas posições mais precárias da estrutura laboral. Nos trabalhadores não remunerados 55,0% deles são negros; assalariados sem carteira 55,4% e trabalhadores domésticos 59,1%. Por sua vez, a população branca tem maior representação nas posições mais estruturadas: assalariados com carteira assinada 57,2% deles são brancos e empregadores 71,7%, conforme gráfico a seguir.

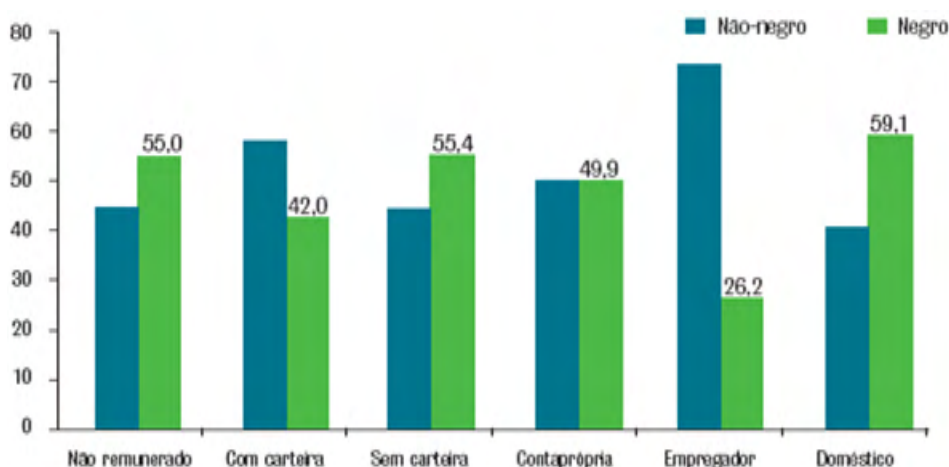


Gráfico 2 - Posição no mercado de trabalho de indivíduos negros e não-negros por tipo de contratação, em 2006.

Fonte: IPEA (2008, p. 16).

Ainda dentro da estrutura laboral, o grupo negro localiza-se principalmente em meio às ocupações classificadas como de nível baixo (com atribuições simples, que exigem pouca capacitação e que se caracterizam pela subordinação dentro das instituições – 54,4% dos trabalhadores são negros), bem como em meio às ocupações militares 51,1%. Por sua vez, o grupo branco situa-se nas ocupações de alto escalão 73,5% dos trabalhadores são brancos, de nível superior 72,3%, de nível médio 60,3% e administrativas 62,1% (IPEA, 2008, p.14).

Como resultado dessa inserção diferenciada no mercado de trabalho, o rendimento da parcela negra é muito inferior ao da branca. Em média, os negros recebem R\$ 578,24 ao mês – valor que corresponde a apenas 53,2% do recebido pelos brancos, que é de R\$ 1.087,14. Não por acaso, os ocupados negros correspondem a 60,4% dos que ganham até um salário mínimo e somente 21,7% entre os trabalhadores que ganham mais de 10 salários mínimos. Entre os brancos, esses percentuais equivalem a 39,0% e 76,2%, respectivamente (IPEA, 2008, 14). Na análise de Paixão e Carvano (2008, p. 188),

Em termos gerais, após um período de declínio de sua qualidade, o mercado

de trabalho brasileiro, após o período de 2000 a 2006, caminhou no sentido de certa melhoria, com efeitos positivos sobre as desigualdades de cor ou raça. Isso foi permitido pelos seguintes fatores: I) contexto especialmente favorável da economia mundial, que terminou por animar o ritmo de atividade econômica no espaço doméstico; II) a política de revalorização do poder de compra do salário mínimo; III) políticas de transferência de rendimentos como, por exemplo, os programas Bolsa Família e Bolsa Escola, que aumentaram o poder de compra das camadas mais pobres da população e, por conseguinte, dos pretos & pardos; IV) políticas de expansão do crédito para as famílias de classe média e baixa, ampliando seu poder de compra; V) evolução positiva da escolaridade média da PEA ocupada, que contribuiu para o aumento dos níveis médios de remuneração.

Os autores consideram o tema das assimetrias de cor ou raça pode ser debatido à luz da evolução do conjunto de circunstâncias mencionadas acima, e afirmam que:

Se é verdade que o núcleo essencial das iniquidades de cor ou raça vem a ser o racismo e a discriminação racial, isso não pode ser sinônimo de se ignorar os efeitos que aquelas políticas econômicas, ou o desenvolvimento da economia, podem trazer para o estágio daquelas desigualdades. Ou seja, os diferentes contextos de evolução do ritmo da atividade econômica e as diferentes políticas sociais, necessariamente, trarão, de um modo ou de outro, efeitos mais ou menos positivos ou negativos sobre as desigualdades de cor ou raça (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p.188-189).

Nesta perspectiva, os autores entendem que a adoção das políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho em prol da equidade racial pode encontrar um meio circundante mais ou menos favorável para potencializar aquelas medidas.

3 | A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NA LUTA ANTIRRACISTA E DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A luta dos Movimentos Sociais Negros por educação formal e a reivindicação de políticas educacionais, que reconhecessem as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira, sempre foram pontos primordiais defendidos na história desses movimentos. Não abordaremos as diferentes formas de lutas dos negros no Brasil, do período escravista e pós-abolição, bem como a trajetória de revigoramento e de expansão dos movimentos sociais negros brasileiros, em face aos objetivos deste texto e pelo fato de que existem pesquisas e estudos que abordaram com profundidade esse tema. Petrônio Domingues, ao analisar alguns aspectos históricos das manifestações da resistência negra observa que:

Já na primeira fase do movimento negro na era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, grupos “dramáticos”, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportiva, por meio do jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo empreendendo ações de assistência e beneficência. Em momento

de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Na segunda fase (1945-1964), o Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram dezenas, centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado (DOMINGUES, 2007, p. 121).

A atuação da Frente Negra Brasileira constituiu-se como uma das mais importantes organizações de conquistas para o negro em todos os setores da vida brasileira. A segunda metade da década de setenta foi marcada pelo fortalecimento das organizações de ativistas do Rio de Janeiro e de São Paulo que vislumbraram a necessidade da criação de um Movimento Negro nacional capaz de unificar e articular as várias organizações então existentes. Essa proposta concretizou-se com a criação, em 1978, do MNU – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Na década de 1990, os Movimentos Sociais Negros assumem uma nova prática, no sentido de centralizar as suas reivindicações por políticas específicas voltadas para a população negra, sem negarem a necessidade de articulação destas, com as políticas de cunho universalistas igualitárias. Entre os inúmeros eventos que marcaram essa década, a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo Pela Cidadania e a Vida”, realizada pelas entidades negras brasileiras, em 20 de novembro de 1995, em Brasília, é reconhecidamente o evento do movimento social mais importante

Nilma Lino Gomes (2017) nos brinda com uma belíssima obra. “O movimento negro educador: Saberes construídos na luta por emancipação”, publicado pela Editora: Vozes. A autora apresenta o Movimento Negro Brasileiro como um ator político e educador, produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos acerca das questões raciais no Brasil. A atuação do movimento e a produção de saberes transformaram-se em reivindicações que fundamentaram importantes políticas de Estado no século XXI. Esse movimento é relevante para o desvelamento de questões como: discriminação racial, gênero, juventude, ações afirmativas, africanidades, educação das relações étnico-raciais, dentre tantas outras.

Gomes (2017) enfatiza a riqueza epistemológica deste movimento na perspectiva da educação. Segundo a autora, os movimentos sociais são “os produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade” (p. 16). Neste sentido, a autora enfatiza, seja sobre a diáspora negra, seja sobre o conhecimento construído por pessoas negras, que fazem parte de importantes questões teóricas nas áreas do conhecimento das humanidades e das ciências sociais, são devidas à atuação política, pedagógica, educacional e libertadora do Movimento Negro. A luta histórica promoveu a inclusão do racismo como um crime inafiançável na Constituição Federal do Brasil e a alteração da LDB, tornando obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana por exemplo.

O Movimento Negro, na visão da autora é o protagonista na implantação de políticas

afirmativas de inclusão de negros nos mais variados setores do Brasil. Nesse contexto, Marques; Calderon (2015) ao discutirem sobre as legislações que produziram uma mudança epistemológica para o currículo e colaboraram para os cenários das pesquisas sobre a formação inicial e continuada de professores consideram que há um arcabouço jurídico para uma Pedagogia crítica e emancipatória, produzido ao longo dos últimos anos, no Brasil, conforme mostra no quadro 1, a seguir.

- 1- Parecer nº 014/1999, trata-se de regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, determina a estrutura e o funcionamento da escola indígena e propõe ações concretas em prol da Educação Escolar Indígena.
- 2 - Resolução nº 03, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília
- 3 - Lei nº 10.639/2003, que inseriu o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares.
- 4 - Projeto de Lei nº 2.827/2003, que institui a Obrigatoriedade de Incluir o Quesito Cor/Raça nas Fichas de Matrícula e nos Dados Cadastrais das Instituições de Educação Básica e Superior Públicas.
- 5 - Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- 6 - I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005. Relatório Final. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), 2005.
- 7 - Lei nº 11.645/2008 que inseriu a obrigatoriedade do ensino regular das escolas, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares;
- 8 - Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, MEC 2009.
- 9- Documento Final da Conferência Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2010.
- 10- Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).
- 11 - Lei nº 10.172/2001 que inseriu as Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Indígena.
- 12 - Parecer nº 014/1999, trata-se de regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, determina a estrutura e funcionamento da escola indígena e propõe ações concretas em prol da Educação Escolar Indígena.
- 13 - Resolução nº 03 de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília

Quadro 1 – Arcabouço jurídico para a Pedagogia crítica e de subversão epistêmica

Fonte: Marques; Calderon, (2015)

Marques et al (2019) preleciona que as políticas afirmativas no Brasil advêm das reivindicações dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro,

De acordo com Marques et al (2019, p. 99, apud SANTOS, 2007, p. 10), “a luta por essa política pública pôde formar a base para as atuais reivindicações por ações afirmativas para os estudantes negros ingressarem no ensino público superior brasileiro”.

No ano 2000, algumas universidades adotaram ações afirmativas em prol dos negros, e em 29 de agosto de 2012 houve a consolidação da lei n.º12.711/2012, que estabelecia definitivamente que todas as instituições de ensino superior reservassem metade de suas vagas para alunos advindos das cotas raciais e sociais, garantindo a possibilidade dos negros acessarem por esse sistema o ensino superior.

No entanto, inobstante todo o avanço de movimentos sociais, legislação antirracista, garantias de vagas aos negros, outro fator adverso acontece: ao transpor as barreiras sociais, no meio acadêmico, o negro passa a sofrer o que se chama de racismo epistêmico. Implicado nos paradigmas de dominação colonial na forma do epistemicídio, o racismo epistêmico opera pela via da lógica segundo a qual o único regime de verdade seria fornecido pela tradição de pensamento ocidental, ‘científica’, cuja cosmovisão deveria se disseminar como forma ‘superior’ de conhecimento em detrimento de outras cosmologias e saberes. O resultado, como se sabe, é uma série de justificativas ‘naturais’, ancoradas em estereótipos essencialistas, para a inferiorização racial, ontológica e epistemológica de povos submetidos à violência arbitrária das ocupações e do impulso dominador ‘civilizatório’ dos movimentos coloniais, insuflados pelas “hierarquias raciais, binárias e essencialistas do fundamentalismo eurocêntrico hegemônico” (GROSFOGUEL, 2011, p. 346).

Bruno (2019) com propósito de esclarecer o racismo epistêmico, adverte que o colonialismo, após as emancipações políticas, recriou formas de dominar e excluir para continuar gerando violência e segregação, então por meio de sistemas econômicos, políticos e sociais não ficou claro que houve uma verdadeira abolição da escravidão, vez que nas universidades dos países colonizados demonstram seguir a tradição de dominação político cultural, submetendo o negro à visão etnocêntrica de conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. BRUNO (2019) aduz, ainda:

As universidades brasileiras têm passado por intensas mudanças, a partir da implementação das cotas raciais, em vigor no Brasil desde 2012, que, visa garantir o acesso equânime ao ensino superior reservam vagas nas instituições universitárias para estudantes egressos de escolas públicas, autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os e indígenas (BRUNO, 2019).

Segundo SILVA (2019), as reivindicações do Movimento Negro brasileiro não foram em vão, pois as lutas por políticas públicas para combater a desigualdade racial resultaram em legislações antirracistas, tais como: a Lei n.º 10.639/2003, o Parecer n.º 03/2004 e a Resolução CNP/CP n.º 01/2004.

Tais legislações ocasionaram um deslocamento epistêmico no currículo escolar e de formação inicial dos professores, com promessas de garantir aos futuros docentes e aos discentes o conhecimento de disciplinas que versam sobre a diversidade étnico-racial e pluralidade cultural. E, em conformidade com a legislação, houve a criação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas em universidades públicas no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

Tais núcleos visam promover ações de valorização das identidades negras e indígenas e concretizar as legislações supracitada, bem como garantir a implementação das políticas afirmativas.

41 O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – NEAB-UFGD

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros-NEAB da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD foi criado em 03 de agosto de 2007 (Resolução N.º. 89 do Conselho Universitário/UFGD) e se propõe a atuar nas áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à diversidade étnico-racial, políticas públicas de combate à discriminação e ao racismo.

O NEAB/UFGD atua na produção de materiais de divulgação, organização de eventos, encontros e seminários para promover discussões sobre as temáticas que afetam negras e negras, especialmente Afro-brasileiras. O NEAB promove ainda a implementação das Leis 10639/2003 e Lei 11.645/08, que alteraram a LDBEN 9394/1996 ao inserir o ensino da e sobre o ensino da História da África e História da Cultura Afro-Brasileira e a História Indígena no currículo.

Dentro de suas finalidades, o NEAB/UFGD sensibiliza à comunidade acerca das diretrizes e bases da educação nacional quanto à temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Ele estimula e apoia projetos de pesquisa, ensino e extensão, voltados para as temáticas étnico-raciais, especialmente, em Mato Grosso do Sul; incentiva a criação de programa institucional de formação continuada para acadêmicos, servidores e sociedade civil, em relação à temática Afro-Brasileira. Ele ainda promove seminários e fóruns de discussão entre professores da Universidade, da rede de educação pública básica da Região da Grande Dourados e das demais instâncias de ensino e Instituições de Ensino Superior – IES, em busca da formação de uma sociedade que reconheça e respeite os saberes e corpos Afro-Brasileiros. (Fonte: UFGD <https://portal.ufgd.edu.br/setor/neab/index>).

Atualmente, a coordenadora do NEAB/UFGD é a professora Dr.^a Cláudia Cristina Ferreira Carvalho, docente da Faculdade de Educação. O professor Dr. Márcio Roberto Oliveira – FACET é o vice-coordenador. . Desde a sua criação, o NEAB foi coordenado pelos professores, Mario Sá Teixeira Júnior, Márcio Mucedula e Eugenia Portela de Siqueira Marques.

Os professores que compõem o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFGD orientaram uma série de pesquisas, desde as iniciações científicas, as monografias de conclusão de curso e as dissertações de mestrado sobre as ações afirmativas, sobre a implementação da história e cultura afro-brasileira e indígena, sobre a literatura afro-brasileira, sobre as religiões africanas, sobre os estereótipos e sobre o racismo nas telenovelas, sobre a intolerância e sobre o racismo na *internet*, sobre o negro no livro didático e as comissões de heteroidentificação.

Em 2007, os debates sobre ações afirmativas e as cotas raciais geraram muitas indagações, juntamente com o o racismo em nossa sociedade e, principalmente quais seriam os mecanismos mais adequados para o seu combate. Nas salas de aulas, nos

corredores ou em conversas informais na universidade, esses assuntos sempre estavam em pauta. As discussões, geralmente, se polarizavam em torno dos favoráveis a reserva de vagas para alunos negros e indígenas e os contrários a essas medidas por acreditarem que elas eram uma forma de discriminação. Essas visões eram marcadas por posições que refletem o pouco conhecimento sobre nossas relações raciais, racismo e a discriminação no Brasil.

A necessidade da criação de um ambiente mais acadêmico para essas discussões, principalmente, a um ambiente que pudesse contribuir com as experiências de pesquisadores sobre as relações raciais que possibilitou a concepção do Seminário Racismo e Antirracismo. A reflexão sobre o racismo exige um conhecimento mais sistematizado sobre nossa realidade histórico-social.

O I Seminário Racismo e Antirracismo: dos mecanismos jurídicos às ações afirmativas nasceu a partir dessas preocupações. O evento foi realizado em maio de 2008. Foi escolhida a semana do dia 13 de maio, data em que se comemora o dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. No mês de novembro, os professores membros do NEAB ministraram palestras, oficinas e minicursos nas escolas públicas da região e realizam, anualmente, a Semana da Consciência Negra, na modalidade de extensão. Os Seminários Racismo e Antirracismo têm se consolidado como espaço de discussão sobre medidas efetivas para a inclusão de negros e de indígenas na universidade, por meio das Políticas de Ação Afirmativa e o sistema de cotas raciais. Ele propõe debates sobre a implementação da história e cultura afro-brasileira e indígena, no currículo escolar e na prática docente, com as alterações trazidas pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 que alteraram o artigo 26 - A da LDBEN/96.

A semana da consciência negra é realizada anualmente no mês de novembro. A Lei 10.639/2003 prevê em seu artigo 79 - que o Dia Nacional da Consciência Negra será comemorado em 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, e reivindica essa figura histórica como símbolo de resistência. A primeira edição da semana da consciência negra foi realizada em 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NEAB/UFGD por meio da pesquisa, ensino e extensão busca contribuir com a implementação de políticas e programas de promoção da igualdade racial e com a formação docente com intuito de estudar, refletir e ressignificar as marcas da colonialidade ainda presentes nos discursos hegemônicos e nas relações herdadas nos processos de nossa colonização.

As mudanças propostas pelos preceitos constitucionais, pelas possibilidades expressas na LDBEN/96 e outras normas são resultados do protagonismo dos movimentos negros.

O acesso dos jovens negros e indígenas geram inúmeros desafios para as universidades, entre eles destaca-se a permanência. Neste sentido, o acompanhamento e a avaliação das políticas afirmativas, articuladas com os programas de permanência é uma das estratégias que poderão contribuir para o êxito desses acadêmicos, sem excluir a necessidade de outros mecanismos que possam fortalecer a afirmação identitária.

O desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento da história da cultura afro-brasileira e indígena pode ser uma dessas medidas. Por meio da realização de fóruns, seminários e divulgação dos resultados de pesquisas, o NEAB busca contribuir com o debate atual sobre as políticas afirmativas, as afirmação identitária e o combate ao preconceito e à discriminação racial.

REFERÊNCIAS

BRUNO, J.S. **Racismo epistêmico, tensionamentos e desafios à Universidade**. Revista Nós, Cachoeira-Bahia, v. 04, n. 02, p.3, jul/2019.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, ano 2008. Disponível em: 11 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em Acesso em: 30 ago. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23a07.pdf>>. Acesso em: 30 out.2021.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GROSFUGUEL, Ramón. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. In: **Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer** Barcelona: CIDOB Edicions, 2011. p. 97-108.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição**. Comunicado da Presidência n.º4. Realização: Diretoria de Estudos Sociais (Disco). Brasília, 13 de maio de 2008.

QUEM SOMOS. ABPN, Guarulhos - SP. Disponível em: <https://www.abpn.org.br/quem-somos>. Acesso em: 31 out. 2021.

MARQUES, Eugenia Portela Siqueira; CALDERONI, Valeria Aparecida Mendonça de Oliveira. **Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar**. Revista Osis. Catalão/GO v. 16, n. 2, p. 299-315, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Osis/article/view/37081>. Acesso em: 31 out. 2021.

MARQUES, E. P.S. et al. **A política afirmativa para o acesso à educação superior no contexto do novo plano nacional de educação (PNE) 2014-2024.** Textura, Mato Grosso do Sul, v. 21, n. 48, p. 4-5, out./dez. 2019.

OLIC, Néelson Basic. **Raízes das Desigualdades no Brasil.** Revista Pangea, 2004. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>>. Acesso em: 20 jun.2008.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz Marcelo Ferreira. **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil- 2007-2008.** São Paulo: Garamond, 2008.

RATTS, Alex. **Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica.** In: _____. (org.). Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL: Editora NGUZU, 2011.p.29-p.39.

SILVA, L.S. **Educação das relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura em educação física no Mato Grosso do Sul. 2019.** 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD. Dourados, 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 94, 95, 97

Alfabetização 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 116, 126, 146, 152, 153, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242

Ambiente corporativo 155, 164

Aprendizagem 59, 65, 69, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 108, 112, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 234, 236, 237, 238, 239

Aprendizagem significativa 127, 129, 179, 204

Arduino 99, 100, 103, 109, 110

Automatização de dados 99

Avaliação educacional 72, 84

C

Cidadania 9, 64, 65, 68, 69, 71, 114, 116, 146, 152, 237

Competências 71, 121, 128, 177, 179, 180, 186, 188, 205, 213, 216, 237, 241

Complexidade 74, 77, 78, 82, 182, 183, 193, 198, 204, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215

Concepciones 16, 17, 21, 23, 25, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 228

D

Deficiência intelectual 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240

Desenvolvimento 3, 8, 14, 45, 46, 48, 49, 51, 55, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 93, 98, 100, 102, 109, 112, 121, 122, 125, 127, 129, 130, 141, 143, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 155, 160, 164, 165, 169, 172, 175, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 196, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 242

Desigualdades sociais 5, 6, 111, 116, 158

Dislexia 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 92, 94, 95, 108, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 129, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 155, 159, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 176, 177, 178,

179, 180, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 205, 206, 214, 235, 237, 239, 240, 242

Educação ambiental 94, 95

Educação especial 119, 125, 126, 152, 235, 237, 239, 240

Ensino fundamental 67, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 164, 186, 188, 189, 191, 205, 206, 234, 235, 238

Ensino remoto emergencial 119, 120, 121

Ensino superior 2, 10, 11, 12, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 77, 92, 177, 178, 182, 186, 188, 242

Escola amazônica 111

Escrita 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 224, 236

Evasão 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 152

Experiência 1, 58, 59, 61, 67, 94, 95, 118, 140, 143, 157, 169, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 201, 202, 204

F

Filosofia 54, 56, 60, 62, 63, 72, 242

Formação inicial 10, 11, 75, 189, 190, 191, 192, 197, 204

Formación docente 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

G

Governança corporativa 85, 87, 88, 155

H

Habilitación docente 16, 24, 27

Horticultura orgânica 94

I

Infraestrutura escolar 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 83, 84

Interação 86, 97, 102, 122, 123, 129, 138, 152, 166, 170, 183, 187, 192, 194, 196, 234, 236, 237, 239

Interdisciplinaridade 177, 178, 179, 181, 182, 188

J

Jogo de regras senha 169

Jogos didáticos 127, 128, 130, 138

L

Leitura 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 79, 81, 82, 129, 130, 132, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 185, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Letramento 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 142, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 242

Língua brasileira de sinais 119, 120, 126

Linguagem 3, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 117, 118, 128, 129, 130, 140, 141, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 185, 205, 236

M

Método clínico-crítico piagetiano 169, 170

Monitor de aluno com deficiência 234

N

Novas tecnologias 45, 99, 100, 166

Núcleo de estudos afro-brasileiros 1, 12

O

Onerosidade 207, 208, 212, 214, 215

P

Perfil docente integral 16

Políticas públicas 1, 3, 4, 6, 11, 12, 14, 70, 82, 83, 114, 125

Pós-graduação em educação 1, 54, 169

Possíveis e necessários 169

Prática docente 16, 17, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Prática pedagógica 153, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 197, 200, 201, 204

Práticas de GC 85, 89

Práticas de RSC 85, 86, 87, 91, 92

Professor 1, 3, 12, 54, 59, 62, 67, 68, 70, 75, 79, 112, 122, 123, 128, 129, 135, 136, 137, 138, 146, 153, 159, 166, 169, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 201, 202, 204, 205, 216, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 242

Projeto adote uma escola 111, 112, 113, 115, 116

R

Racismo epistêmico 2, 11, 14

Responsabilidade social corporativa 85, 87, 89

Responsabilização educacional 72, 73

S

Sensores de campo magnético 99, 100

Sistema tributário 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Surdez 119, 120, 121, 124, 125

Sustentabilidade 90, 94, 97, 216

T

Tabela periódica 127, 129, 131, 135, 136, 137, 138, 139

Transparência administrativa 85

W

Webquest 177

A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

3

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A educação enquanto fenômeno social e a superação das desigualdades sociais

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br